91356364

Petróleo & Política
Ano II nº 22
Outubro de 2000
Informativo da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

IMPRESSO

Desmonte Categoria reage às manobras do governo para enfraquecer sindicatos

"Enfraquecer o movimento sindical para abrir, de vez, os caminhos para a privatização da Petrobrás". Esta clara intenção do atual governo federal, na sua estratégia de desmonte da empresa, foi o tema central dos debates envolvendo as questões salariais, durante a reunião do Conselho Deliberativo da AEPET, realizada no último dia 07 de outubro, na sede da entidade, com a presença de representantes dos diversos núcleos. Os debates foram abertos pelo diretor de Assuntos de Pessoal, Luiz Herdy, que falou sobre os fundamentos constitucionais e legais que sustentam a repre-sentatividade sindical, inclusive para os aposentados. Ao final dos debates sobre a atual campanha, um consenso: "Depois de projetar um lucro de R$ 10 bilhões para este ano e aumentar os salários de diretores e gerentes em cerca de 100%, a proposta da direção da Petrobrás de reajustar em 5% os salários dos trabalhadores é uma provocação, uma bomba de efeito retardado".

A proposta da direção da Petrobrás de reajustar em 5% os salários dos trabalhadores é uma provocação, uma bomba de efeito retardado".

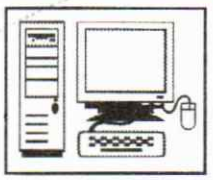
Páginas 2, 3 e 4

Justiça federal investiga denúncias da AEPET

A AEPET encaminhou ao Ministério Público Federal (MP) do Rio de Janeiro documentos para comprovar a denúncia de contratação pela Petrobrás da empresa de consultoria Arthur D. Litle, sem licitação pública. A iniciativa visa a atender ofício, assinado pelo Procurador da República Flávio Paixão de Moura Júnior, encaminhado ao presidente da AEPET, Fernando Siqueira, no qual o MP comunica a existência de procedimento administrativo em função da denúncia - primeiro passo para a abertura de processo contra possíveis irregularidades no serviço público. O Procurador da República indaga também, no documento, se a AEPET tomou alguma medida judicial, em virtude da denúncia apresentada através do Informativo AEPET Notícias número 191, e solicita cópia da reportagem publicada na referida edição, denunciando a contratação da Arthur D. Litle sem concorrência.

A matéria se baseou em correspondência oficial da própria Petrobrás, em resposta a um ofício encaminhado pela AEPET ao presidente da estatal, Henri Philippe Reichstul, em 17 de abril último, solicitando informações sobre os procedimentos administrativos adotados na condução do processo de reestruturação da companhia, bem como seus prazos e objetivos. Depois de 40 dias, a entidade recebeu uma resposta evasiva, sem os esclarecimentos solicitados, em total desacordo com a legislação. E admitia que a empresa usou procedimento licitatório simplificado para contratar a consultoria Arthur D. Litle.

A AEPET denunciou a direção da Petrobrás na Justiça, depois que a empresa admitiu que usou procedimento licitatório simplificado para contratar a consultoria Arthur D. Litle.



@epetsitio

O geólogo inglês Edmund Smith, flagrado tentando furtar 42 amostras geológicas de propriedade da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de dentro do Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES), não tem autorização para exercer a profissão no Brasil. A informação foi prestada pelo próprio presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA-RJ, José Chacon de Assis, após consultar os cadastros do órgão em nível nacional e no Estado do Rio de Janeiro, a pedido da AEPET. Segundo sua versão, a autorização para "coletar" as amostras teria sido dada pela gerência da multinacional Corelab, para quem ele trabalha. Pelo menos esta foi a explicação que o geólogo inglês teria dado ao CENPES, segundo informaram fontes do órgão de pesquisa da Petrobrás. De acordo com informações do Sindipetro-RJ, confirmadas pelo CENPES, o empregado da Corelab estava lá com autorização da ANP, para classificar e fotografar as amostras, mas não para leva-las.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Avenida Nilo Peçanha, 50/ 2409. CEP: 20044-900
Rio de Janeiro/RJ.
Tel: (21) 533-1110
Fax: (21) 533-2134

Endereço Eletrônico:
aepet2@ax.apc.org
Página na Internet:
http://www.aepet.org.br

DIRETORIA

PRESIDENTE
Fernando Leite Siqueira

VICE-PRESIDENTE
Diomedes Cesário da Silva

PATRIMÔNIO
Heitor Manoel Pereira

VICE-DIRETOR DE PATRIMÔNIO
João Roberto Neves

COMUNICAÇÕES
José Conrado de Souza

VICE-DIRETOR DE COMUNICAÇÕES
Argemiro Pertence Neto

PESSOAL
Luiz de Campos Herdy Silva

VICE-DIRETOR DE PESSOAL
Sérgio Queiroz Lyra

CULTURAL
Paulo Sérgio Decnop Coelho

VICE-DIRETOR CULTURAL
Marcelo Salles

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS: Ricardo Maranhão, Pedro Francisco de Almeida Castilho e Sydney Reis Santos

SUPLENTES: Nelson Camanho da Costa Filho, Elie Abadie e Gerson Nakano

Petróleo & Política
Editado pela Assessoria de Comunicação Social
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ
Diagramação e Arte Final
J. Paulo Carneiro
IMPRESSÃO:
Márcio Delmiro

DESMONTE

Sindicatos são novo alvo do pro neoliberal do governo FH

Governo tenta enfraquecer a organização dos trabalhad para facilitar seu projeto de privatização e entrega do p

O projeto neoliberal que está sendo implantado pelo governo Federal no país está trazendo mudanças perigosas nas relações dos trabalhadores com a Petrobrás e na própria política de recursos humanos da companhia. Diante disso, o grande desafio hoje é conseguir manter as conquistas da categoria, obtidas no passado, através dos acordos coletivos.

O alerta foi feito pelo coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Maurício Rubem, durante debate sobre o atual processo de negociação salarial e a política de recursos humanos implantada pela Petrobrás – um dos temas centrais da reunião do Conselho Deliberativo da AEPET, realizada no último dia 07 de outubro, na sede da entidade. O encontro reuniu a direção da AEPET e representantes dos núcleos regionais da entidade no Nordeste Setentrional, Baixada Santista (SP) e Bahia.

Após ouvir uma detalhada explicação do diretor de Pessoal da AEPET, Luiz de Campos Herdy Silva, sobre as implicações legais que envolvem o acordo coletivo e a política de RH da Petrobrás, o coordenador da FUP fez uma análise do processo neoliberal em curso no país, desde o governo de Fernando Collor de Mello, consolidado por seu sucessor e atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. No seu entender, FHC tomou posse no cargo com a clara missão de "implantar o projeto neoliberal no Brasil".

- Um dos pilares desse projeto do governo é quebrar a organização sindical, o que no Brasil foi retardado graças à existência da Central Única dos Trabalhadores – a CUT - disse Maurício Rubem. Ao analisar as mudanças recentes ocorridas na política da RH da empresa, o sindicalista chamou atenção para o fato de que, desde a greve de 1995, deflagrada após o governo descumprir os termos de entendimento, aumentou a pressão do próprio Executivo, do Judiciário e do próprio Legislativo sobre os trabalhadores. "E não se trata de um ataque pessoal aos petroleiros. Esse esquema de pressão visa a atingir todo o movimento sindical, passando por nós petroleiros, por sermos uma categoria representativa", afirmou.

Na sua opinião, essa pressão do governo tem por objetivo acabar com alguns direitos adquiridos pelos trabalhadores através dos acordos coletivos, entre os quais – e que mais preocupa – a redução do turno de revezamento – para atender interesses das multina-cionais que ingressaram no país após a

Não se t
de um
mero at
pessoal
petrolei
O esque
de press
visa atin
todo o
movime
sindical
começa
pelos
petrolei

quebra do monopólio da União sobre a produção de petróleo, em 1997. "Hoje, há uma pressão muito forte para retirar isso do acordo coletivo de trabalho dos petroleiros do setor, porque as multinacionais querem reduzir seus custos de produção", disse o coordenador da FUP.

Outro desafio apontado por ele é garantir aos aposentados os direitos dos empregados da ativa e mantê-los nas relações de trabalho, assim como os terceirizados, que somados aos da ativa e inativos, elevam a categoria a 140 mil trabalhadores. Maurício Rubem advertiu ainda que é preciso ter cuidado com os ítens da "Agenda de Mudanças" do Plano Estratégico da Petrobrás. Entre outros, destacou o que trata da revisão dos reajustes e das práticas de remuneração, alinhando-as com o mercado, em função das peculiaridades das diversas regiões do país. Além disso, é intenção da empresa implantar o sistema de reconhecimento de competência com base nas metas realizadas. "E isso abrange todos os trabalhadores", alertou o sindicalista.

Maurício aproveitou o encontro também para denunciar o sistema de cooptação de empregados com postos de chefia, para desmobilizar a categoria e esvaziar uma possível greve de petroleiros, caso se concretize o impasse que se prenuncia entre a direção da empresa e os trabalhadores. "Muitos colegas que participaram da greve de 1995, hoje foram colocados estrategicamente em postos de supervisão, principalmente na área de refino. Estão aumentando propositadamente a gratificação desses trabalhadores, numa estratégia clara de arrochar os salários da maioria e conceder vantagens para quem ficar do lado da direção da empresa", denunciou coordenador da FUP.

Segundo ele, não há dúvidas de que tudo isso é parte do processo neoliberal: "Tanto o arrocho de salários e, depois, a concessão de gratificações, benefícios e outras vantagens, pois elas não se incorporam aos salários e nem beneficiam os aposentados", criando uma cisão entre os trabalhadores ativos e inativos e, consequentemente, enfraquecendo o próprio movimento dos petroleiros.

Dois pesos, duas medidas

Salários da direção da Petrobrás após 100% de aumento		Alguns salários de petroleiros com os 5% oferecidos pela direção da Petrobrás		
Função	**Valor**	**Função**	**Nível**	**Valor**
Gerente	R$ 19.600	Nível médio	227	R$ 797,58
Firetor-gerente	R$ 22.000	Nível médio	240	R$ 1.328,72
Diretor	R$ 24.000	Nível superior (ADM)	633	R$ 2.306,70
Presidente	R$ 25.300	Nível superior (Engenharia)	732	R$ 2.385,77

Fonte: Sindipetro-RJ

A direção da Petrobrás está aumentando apenas as gratificação dos trabalhadores com cargo de chefia, numa clara estratégia para arrochar os salários da maioria e conceder vantagens para quem ficar do lado da empresa

Núcleos sugerem campanha para conscientizar a categoria

Depois do consenso de que o que governo pretende, de fato, é enfraquecer o movimento sindical, especialmente quanto à sua representatividade, fundamentada na Constituição Federal, a AEPET decidiu, com respaldo dos núcleos regionais, apoiar uma campanha do movimento sindical petroleiro, no sentido de conscientizar a categoria – principalmente o corpo gerencial.

O objetivo é reagir às manobras da direção da companhia, que se utiliza de critérios de discriminação para induzir o corpo gerencial a apoiar os discutíveis projetos neoliberais colocados em prática, que vem fragmentando e enfraquecendo a empresa. Uma das recomendações propõe, inclusive, a deflagração de uma campanha junto aos gerentes, para estimular o debate sobre o tema e "mexer com a consciência deles". Segundo o vice-Presidente da AEPET, Diomedes Cesário da Silva, a iniciativa é muito importante, porque "o sentimento de equipe da companhia está indo por água abaixo com a atual política de recursos humanos da direção".

Embora as questões salariais tenham concentrado boa parte das discussões, outros temas de interesse geral dos empregados da Petrobrás foram debatidos na reunião do Conselho Deliberativo, como a reestruturação da empresa, preços dos combustíveis e a necessidade de fortalecimento da AEPET. Além de temas pontuais, como Informática, Telecomunicações e Abastecimento. A questão da reestruturação foi o que provocou maior apreensão e, diante disso, os Núcleos e a AEPET Nacional decidiram acompanhar todas as iniciativas sobre o assunto, através de audiências com os responsáveis pelas respectivas áreas.

Provocação Proposta da Petrobrás é uma bomba de efeito retardado

Petrobrás projeta lucro de R$ 10 bilhões, aumenta salário de diretores em cerca de 100% e diz que não tem autorização para repor perdas dos petroleiros

A proposta da direção da Petrobrás de conceder um aumento de 5% aos trabalhadores da empresa elevou sensivelmente o grau de insatisfação da categoria. Segundo análise dos líderes do movimento, a Petrobrás está submetida à orientação da área de controle das estatais do governo e, por isso, vem endurecendo nas negociações. Dessa forma, se a direção da companhia não melhorar sua proposta, a atitude da empresa pode acabar redundando numa nova greve, o que não interessa nem para os trabalhadores, nem ao país.

Há, contudo, quem aposte que a intenção do governo é exatamente esta: forçar a categoria a deflagrar a greve para desgastar os trabalhadores diante da sociedade civil, criando, com isso, novos argumentos em favor da privatização. Na verdade, os rumos do movimento dos petroleiros se complicaram depois que a Petrobrás adotou "uma política de dois pesos e duas medidas" para a campanha pelo dissídio coletivo de 2000: diretores e gerentes privilegiados com aumentos de 100%; e empregados comuns, para quem a direção da empresa alega que não tem autorização para repor as perdas da categoria, aumento de 5%.

Uma coisa é certa: "Há um clima de muita indignação", observa o conselheiro e ex-presidente da AEPET, Ricardo Maranhão, citando como exemplo as manifestações realizadas no Edise e em outras unidades da empresa, que vêm reunindo, indiscriminadamente, centenas de trabalhadores da ativa e aposentados. O fato é que ambos já entenderam a intenção flagrante existente no Plano Estratégico da Petrobrás de separar as remunerações de um e de outro. Outro ponto é a discriminação dos novos que não podem reivindicar os mesmos direitos dos antigos, como periculosidade, por exemplo, na medida em que a empresa muda o nome deste direito para "vantagem pessoal".

Além disso, a direção da Petros, acena com um novo plano de benefícios, cujo objetivo explícito é desvincular de vez os trabalhadores da ativa dos aposentados – adverte o diretor do Sindipetro, Mozart S. Queiroz.

Por fim, o governo, através da direção da Petrobrás, coroa a estratégia para tornar a empresa mais atraente aos olhos dos possíveis compradores estrangeiros, oferecendo aos empregados Participação nos Lucros e Resultados, em vez de remuneração real. Isto, a rigor, compromete, de forma inconstitucional, os rendimentos dos trabalhadores, na medida em que os condiciona aos resultados da empresa, cuja responsabilidade é de seus administradores e do acionista majoritário – o Governo Federal – alerta o diretor para Assuntos de Pessoal da AEPET, Luiz Herdy.

Na realidade, no momento em que a empresa atinge a produção de 1,4 milhão de barris/dia, projeta um lucro de R$ 10 bilhões e eleva os salários dos gerentes e diretores da faixa de R$ 7 mil para R$ 20 mil, fica difícil a categoria aceitar uma proposta de aumento de 5%. Principalmente diante de um quadro de inflação mais alta – disse o diretor do Sindicato dos Petroleiros do Rio, Mozart Queiroz.

Já o representante do Departamento de Aposentados e Previdência do Sindipetro-RJ, Abílio Tozini, alertou que a direção da empresa está apostando na divisão da categoria. Por sua vez, o presidente da AEPET, Fernando Siqueira, concordou com o sindicalista e considerou esta deve ser a maior preocupação dos trabalhadores, porque a empresa está "pegando pesado" na divisão da categoria. "Há um processo galopante de privatização, e os maiores interessados na compra da Petrobrás querem fazê-lo com a empresa descompromissada de subsídios, Petros e, de preferência, com a categoria o mais dividida possível. Felizmente, tanto a categoria quanto a sociedade em geral estão conscientes de que este governo do senhor FHC é o governo do desmonte da Nação", concluiu Siqueira.

Programa **Faixa Livre**

Ouça diariamente de 7h:30min às 9h:00 *Rádio Guanabara* 1360 kHz - AM

A crise brasileira e suas soluções em debate!

NOTAS

Defesa Nacional

O presidente da AEPET, Fernando Siqueira, o diretor de Patrimônio, Heitor Manoel Pereira, e o vice-diretor de Comunicação, Argemiro Pertence, já confirmaram a presença no Primeiro Seminário de Defesa Nacional, a ser realizado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME. Eles foram convidados a participar do evento pelo General de Brigada Paulo César de Castro, Comandante da ECEME. O seminário, que foi incluído este ano no Currículo do Curso de Política Estratégia e Alta Administração do Exército, será realizado no período de 20 a 22 de novembro próximo. Entre os vários temas, que serão discutidos durante os dois dias do seminário, destaca-se a questão das Relações Internacionais; o Ministério da Defesa e a Política de Defesa Nacional. Este evento é hoje o curso de mais alto nível oferecido pelo Exército aos seus oficiais.